

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.534.401 - SP (2019/0193963-7)

AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : JAAFAR TAHER BARAKAT
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Jaafar Taher Barakat ajuizou ação ordinária, com pedido de tutela de urgência, contra a União objetivando a expedição da segunda via da Certidão de Naturalização, tendo em vista residir no Brasil desde 1969, ser portador de Carteira Nacional de Habilitação e de Título de Eleitor, conferidos apenas para brasileiros natos, naturalizados ou portugueses com residência permanente no Brasil; receber aposentadoria por invalidez da Previdência Social e, ainda, ao fato de ter registrado, em maio de 2004, a ocorrência de extravio de sua certidão de naturalização junto à Delegacia de Polícia do Município de Miguelópolis/SP.

A ação foi julgada parcialmente procedente, determinando à União a emissão da certidão da naturalização (fls. 154-158), e o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em sede recursal, manteve incólume a decisão monocrática, nos termos da seguinte ementa (fl. 201):

DIREITO CONSTITUCIONAL. REEXAME NECESSÁRIO. BRASILEIRO NATURALIZADO. CERTIDÃO DE NATURALIZAÇÃO. EMISSÃO DE 2ª VIA. CIDADANIA. DIREITOS FUNDAMENTAIS.

1. No caso, o autor, brasileiro naturalizado, residente no Brasil há quarenta anos, desejou emitir seu passaporte, que lhe foi negado por faltar sua certidão de naturalização.

2. A partir de então, iniciou-se, em busca de obter a 2ª via da certidão de naturalização, um verdadeiro périplo a órgãos diversos e ao Ministério da Justiça, tendo sido expedidos inúmeros ofícios, sem, contudo, alcançar o êxito almejado.

3. Ressalte-se que o autor possui diversos documentos brasileiros (RG, CNH, título de eleitor, CPF, carteira profissional), além de receber o benefício da aposentadoria por invalidez da Previdência Social, a comprovar sua situação regular no Brasil e sua condição de brasileiro naturalizado, fazendo jus, portanto, ao exercício de sua cidadania e direitos fundamentais e, mais especificamente, à emissão de sua certidão de naturalização, conforme determinado pelo juízo a quo.

4. Remessa oficial desprovida.

Opostos embargos de declaração, foram eles parcialmente acolhidos tão somente para reconhecer omissão e consignar descabida a fixação de verba honorária (fls. 246-254).

UNIÃO interpôs recurso especial, com fundamento no artigo 105,

inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, no qual alega violação do art. 1.022 do CPC de 2015, visto que, em suma, quedou-se silente o Tribunal *a quo* da análise da impossibilidade jurídica de emissão de Certidão de Naturalização ao recorrido, consoante demonstrado no Ofício n. 113/2017/DPM Administrativo/DPM/DEMIG/SNJ-MJ, em razão de não ser possível identificar seu histórico no Brasil, em que pese as buscas e diligências empenhadas nesse sentido.

Aduz violação dos arts. 141, 248, parágrafo único, e 492 do CPC de 2015, sustentando julgamento *extra petita*, tendo em vista que a ação foi ajuizada com o claro e único intuito de obtenção de uma segunda via de Certidão de Naturalização, enquanto que o aresto recorrido determinou a expedição da Certidão de Naturalização propriamente dita (e não apenas a segunda via).

Aponta violação dos arts. 111, 119, 121, todos da Lei n. 6.815/1980, e art. 132 do Decreto n. 941/1969, sob a alegação de que, ao determinar a emissão de Certidão de Naturalização, o aresto vergastado acabou por adentrar em matéria e assunto da titularidade exclusiva do Poder Executivo, de natureza discricionária, política e de soberania.

Ofertadas contrarrazões às fls. 301-304, o Tribunal *a quo* negou seguimento ao recurso especial (fls. 346-347), tendo sido interposto o presente agravo.

Instado a se manifestar, opinou o Ministério Público Federal pelo provimento do recurso especial (fls. 388-394).

É o relatório. Decido.

No que concerne à alegação de violação do art. 1.022 do CPC/2015, sem razão a recorrente a esse respeito, tendo o Tribunal *a quo* decidido a matéria de forma fundamentada, analisando todas as questões que entendeu necessárias para a solução da lide, não obstante tenha decidido contrariamente à sua pretensão.

Nesse panorama, a oposição dos embargos declaratórios caracterizou, tão somente, a irresignação da embargante diante de decisão contrária a seus interesses, o que não viabiliza o referido recurso.

Tem-se, ainda, que o julgador não está obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos invocados pelas partes quando, por outros meios que lhes sirvam de convicção, tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio. As proposições poderão ou não ser explicitamente dissecadas pelo magistrado, que só estará obrigado a examinar a contenda nos limites da

demanda, fundamentando o seu proceder de acordo com o seu livre convencimento, baseado nos aspectos pertinentes à hipótese *sub judice* e com a legislação que entender aplicável ao caso concreto.

Descaracterizada a alegada omissão, se tem de rigor o afastamento da suposta violação do art. 1.022 do CPC/2015, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. HIPÓTESE EM QUE A FAZENDA PÚBLICA FOI CONDENADA EM HONORÁRIOS DE ADVOGADO, FIXADOS, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, SEM DEIXAR DELINEADAS CONCRETAMENTE, NO ACÓRDÃO RECORRIDO, AS CIRCUNSTÂNCIAS A QUE SE REFEREM AS ALÍNEAS DO § 3º DO ART. 20 DO CPC/73. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL, EM FACE DA INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7/STJ E 389/STF. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

III. Não há falar, na hipótese, em violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

[...]

IX. Agravo interno improvido (AgInt no AREsp 1046644/MS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2017, DJe 11/09/2017).

ADMINISTRATIVO. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE. DESAPROPRIAÇÃO DIRETA. ALEGAÇÃO DE APOSSAMENTO ADMINISTRATIVO. PRETENSÃO INDENIZATÓRIA DE DANOS MORAIS. DIREITO DE CULTO AOS MORTOS. VIOLAÇÃO A DIREITO DA PERSONALIDADE. DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA. AUTONOMIA DA PESSOA JURÍDICA. DISTINÇÃO DA PESSOA DOS SÓCIOS. INTRANSMISSIBILIDADE DO DIREITO. CARÊNCIA DE LEGITIMIDADE PARA A CAUSA.

1. O mero julgamento da causa em sentido contrário aos interesses e à pretensão de uma das partes não caracteriza a ausência de prestação jurisdicional tampouco viola o art. 1.022 do CPC/2015. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

2. A regra que veda o comportamento contraditório ("venire contra factum proprio") aplica-se a todos os sujeitos processuais, inclusive os imparciais. Não é aceitável o indeferimento de instrução probatória e

sucessivamente a rejeição da pretensão por falta de prova.

3. A pessoa jurídica não tem legitimidade para demandar a pretensão de reparação por danos morais decorrentes de aventada ofensa ao direito de culto aos antepassados e de respeito ao sentimento religioso em favor dos seus sócios.

4. Trata-se de direito da personalidade e, portanto, intransmissível, daí por que incabível a dedução em nome próprio de pretensão reparatória de danos morais alheios.

5. Recurso especial não provido (REsp 1649296/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2017, DJe 14/09/2017).

Sobre a apontada configuração de decisão *extra petita*, na medida em que o pedido estaria restrito à emissão de segunda via da respectiva Certidão, enquanto o *decisum* determinou a expedição de Certidão, o recurso merece melhor sorte.

De fato existe diferença entre as situações: na hipótese de cuidar-se de segunda via, pressupõe-se que tenha existido um primeiro pedido, que acarretou a análise da situação e documentação do requerente e devidamente comprovado seu direito.

Na forma como definido pelo *decisum*, impositivamente: determinação de emissão de Certidão -, nada deliberando sobre a possibilidade de a Administração examinar a real situação do interessado, pode-se estar, de fato, adentrando no poder discricionário da Administração, de titularidade do Poder Executivo, suprimindo sua decisão no sentido do direito do autor à respectiva certidão.

E nesse sentido foi exatamente a consideração do Ministério Público Federal, sobre documentação do autor e consequente direito ao pretendido, *verbis* (fls. 388-394):

8. Da análise de todo o processado, observa-se que a União sempre contestou a qualidade de naturalizado do agravado, tanto é que o Juízo de Primeiro Grau deixou claro na sentença que, embora “*o autor não tenha demonstrado já haver formulado pedido de naturalização, sempre viveu como um nacional, exercendo todos os direito que a Constituição da República garante à pessoa naturalizada.*” Inclusive, fundamentou a improcedência do pedido de danos morais no fato de que “*o autor não carregou aos autos elementos que evidenciem ter requerido a naturalização ou qualquer impedimento imputado à União acerca dessa pretensão*”. Mesmo sem tais comprovações, o Juízo sentenciante, com base nos documentos nacionais apresentados (RG, CNH, Título de Eleitor, CPF e Carteira Profissional), no fato de ele receber benefício de aposentadoria por invalidez da Previdência Social (NB 603.926.822-4), bem como no Boletim de Ocorrência comunicando a perda de certidão de naturalização (registrado em maio de 2004), aplicou a Teoria do Fato Consumado para determinar fosse expedida certidão de naturalização ao agravado.

9. Tem razão o recorrente ao argumentar que o Juízo sentenciante, ao

determinar que a União emita a certidão da naturalização ao agravado, extrapolou o pedido inicial, que tem como objetivo a expedição da “segunda via da Certidão de Naturalização”. Violado, assim, o artigo 141 1 e o artigo 492 2 , ambos do Código de Processo Civil.

10. Além do mais, tal entendimento viola a Lei 6.815/1980 (Estatuto do Estrangeiro), vigente à época da propositura da presente demanda.

11. O que se tem é que não ficou comprovada a naturalização do agravado. Mesmo assim, vê-se que o Ministério da Justiça e Segurança Pública não deixou de empreender diligências junto a diversos órgãos da Administração Pública, na tentativa de encontrar notícia de registro de procedimento administrativo de naturalização em nome do agravado. Sem êxito, pois nenhum dos órgãos oficiados encontrou qualquer registro do tal certificado de naturalização.

12. A propósito dos documentos apresentados pelo agravado, o título de eleitor foi emitido a partir do RG expedido pelo Instituto Félix Pacheco do Rio Janeiro. Porém, quanto a esse RG não foi localizado o documento que serviu de título para a emissão.

13. Esclarecem as informações prestadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública:

... embora o autor da referida ação tenha apresentado documentos brasileiros na instrução da referida ação judicial, quais sejam: título de eleitor, carteira de motorista, CPF, identidade e CTPS, não foi encontrado registro de procedimento administrativo de naturalização em nome do interessado, razão pela qual esta Divisão não possui subsídios para a emissão do certificado de naturalização, considerando que neste documento devem constar as informações relativas ao ato de concessão da naturalização, conforme disposto no Art. 119 da Lei nº 6.815/80 [...]

Ademais, o pedido autoral foi específico:

5. ao final, a total procedência do pedido, de forma a obrigar a ré a expedir a segunda via da Certidão de Naturalização do autor.

Nesse panorama, evidencia-se decisão *extra petita*, conforme os precedentes jurisprudenciais desta Corte de Justiça:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DO DIREITO INTERTEMPORAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 2/STJ. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE DÍVIDA REPRESENTADA POR CHEQUES EMITIDOS SEM FUNDOS FRUSTRADA. POSTERIOR AJUIZAMENTO DE AÇÃO PAULIANA VISANDO À ANULAÇÃO DA DOAÇÃO DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO DEVEDOR PARA SEUS FAMILIARES (FILHOS MENORES DE IDADE) EM FRAUDE CONTRA CREDORES (ART. 158 DO CC). SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL FUNDAMENTADA COM BASE NOS REQUISITOS DA FRAUDE À EXECUÇÃO (SÚMULA 375/STJ). CONFUSÃO ENTRE OS INSTITUTOS DA FRAUDE CONTRA CREDORES E DA FRAUDE À EXECUÇÃO. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA NULIDADE DA SENTENÇA

POR JULGAMENTO DIVERSO DO PEDIDO (*EXTRA PETITA*). ERRO DEVIDAMENTE SANADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO ANTE A CONSTATAÇÃO DA PRESENÇA DOS REQUISITOS CARACTERIZADORES DA FRAUDE CONTRA CREDORES: ANTERIORIDADE DA DÍVIDA, OCORRÊNCIA DO *EVENTUS DAMNI* E, VIA DE REGRA, DO *CONSILIUM FRAUDIS*. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE RECURSAL. TESE RECURSAL DE AUSÊNCIA DO REQUISITO DO *CONSILIUM FRAUDIS*. REEXAME DA PREMISSE DE FATO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ALEGADA VIOLAÇÃO DOS ARTS. 472, 515, § 3º, E 586 DO CPC/1973 E DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL SOBRE O TEMA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Nos termos do Enunciado Administrativo n. 2 do STJ, "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

[...].

3. A par disso, segundo precedente específico da Terceira Turma do STJ: "Desborda dos estreitos limites da demanda, configurando julgamento *extra petita*, o acórdão que se afasta das causas de pedir e pedidos apresentados pelo autor - que requereu a anulação de atos jurídicos de compra e venda porque supostamente realizados em fraude contra credores - e reconhece a existência de fraude à execução." (REsp 1.479.385/PE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/04/2016, DJe de 13/04/2016).

4. Na hipótese dos autos, contudo, embora, de fato, tenha ocorrido julgamento *extra petita*, na medida em que o pedido inicial da ação pauliana foi julgado procedente pelo Juízo prolator da sentença com base nos requisitos do instituto da fraude à execução, tem-se que o referido vício foi devidamente sanado pelo Tribunal de origem, quando do julgamento da apelação, porquanto a Corte a quo, soberana no exame do acervo fático-probatório dos autos, concluiu que, apesar de ter havido confusão entre os referidos institutos no r. decisum atacado, a fraude contra credores está caracterizada nos autos, já que a transferência (doação) do imóvel do devedor para seus familiares (filhos menores de idade) teve o condão de esvaziar o patrimônio do devedor e obstaculizar o pagamento de sua dívida preexistente com o credor; especialmente porque os devedores "em nenhum momento demonstraram a existência de bens a garantirem o cumprimento da obrigação", alia-se a isso o fato de que o devedor participou do negócio jurídico tanto na condição de doador como de representante legal dos donatários (filhos menores de idade à época), de sorte que o equívoco contido na fundamentação lançada na r. sentença não é bastante para desconstituir a conclusão adotada no decisum, ou seja, para afastar a ordem judicial de cancelamento da escritura pública de doação e o seu registro na matrícula do bem imóvel sub judice.

5. Verifica-se, assim, que o pleito do recorrente de anulação do julgado, por julgamento *extra petita*, encontra-se prejudicado, em razão da perda superveniente do interesse recursal.

6. Ressalte-se, por oportuno, que, na dicção do art. 158 do Código Civil: "Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, ainda quando o ignore, poderão ser anulados pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos." Assim, extrai-se da exegese do referido dispositivo

legal que, a partir do advento do Código Civil de 2002, não mais se exige a ciência inequívoca da fraude para anular a doação de bem celebrada entre pais e filhos operada em fraude contra credores, conforme bem salientado no v. acórdão recorrido.

[...]

10. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 158.358/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 21/09/2018)

RECURSOS ESPECIAIS. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO PAULIANA. AÇÃO PROPOSTA PARA ANULAÇÃO DE NEGÓCIOS JURÍDICOS POR FRAUDE CONTRA CREDITORES. RECONHECIMENTO DE FRAUDE À EXECUÇÃO. JULGAMENTO *EXTRA PETITA*. OCORRÊNCIA.

1. Na origem, trata-se de ação pauliana proposta com o objetivo de anular diversos negócios jurídicos de compra e venda de imóveis que teriam sido realizados entre as rés em fraude contra credores.

2. Desborda dos estreitos limites da demanda, configurando julgamento *extra petita*, o acórdão que se afasta das causas de pedir e pedidos apresentados pelo autor - que requereu a anulação de atos jurídicos de compra e venda porque supostamente realizados em fraude contra credores - e reconhece a existência de fraude à execução.

3. Na falta de quaisquer elementos aptos a corroborar as alegações postas na inicial - de que as alienações teriam sido realizadas quando o devedor já se encontrava em estado de insolvência ou teriam contribuído para reduzi-lo à insolvência -, a improcedência da demanda é solução que se impõe.

4. Recursos especiais providos.

(REsp 1479385/PE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/04/2016, DJe 13/04/2016)

Observado que o entendimento aqui consignado, lastreado na jurisprudência, é prevalente no Superior Tribunal de Justiça, aplica-se o enunciado da Súmula n. 568/STJ, *in verbis*:

O relator, monocraticamente e no STJ, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *c*, do RI/STJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial para anular o *decisum* em razão da caracterização da decisão *extra petita*, prejudicada a análise das demais alegações recursais, determinando o retorno dos autos ao Tribunal *a quo* para nova análise recursal, nos termos do pedido.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator